

António Amaro MONTEIRO (2014) A antropologia filosófica de Delfim Santos, *Delfim Santos Studies* 2, Arquivo Delfim Santos, Lisboa, 120-130.

A antropologia filosófica de Delfim Santos

António Amaro Monteiro

Introdução

É costume dizer-se que «ninguém é bom juiz em causa própria» e se isto é verdade em qualquer manifestação da atividade humana, muito mais o é quando se incumbe alguém de falar do seu próprio labor como é a apresentação de um livro que versa sobre a doutrina de outrem. Esta foi a incumbência que me fizeram e bem gostaria que fosse outra pessoa a desempenhá-la, mas como se trata, no fundo, de apresentar alguns tópicos sobre a doutrina de alguém como o Professor Delfim Santos, não podia recusar o convite que me foi feito pelo próprio filho do filósofo, Filipe D. Santos. Mas devo dizer que ele não teve qualquer influência na escolha, feita por mim, deste grande pedagogo para tema de um dos meus trabalhos realizados no âmbito da parte escolar do Mestrado. Jamais me passou pela cabeça que o meu trabalho viesse a ser conhecido, e pelos vistos apreciado, por algum familiar de Delfim Santos, particularmente pelo próprio filho. De que modo é que este dele tomou conhecimento, é história que deixo para ele próprio contar, se assim por bem o entender.

E como, de facto, sinto algum constrangimento em falar do meu próprio trabalho, vou esforçar-me por salientar sobretudo alguns pontos da doutrina de Delfim Santos por mim abordados no livro. De entre esses pontos destaco particularmente, e por razões profissionais, as conceções pedagógicas do nosso autor numa perspetiva que tenha em conta as dificuldades resultantes de uma transformação profunda verificada ao nível das mentalidades e dos comportamentos dos jovens que frequentam, na atualidade, os nossos estabelecimentos de ensino.

Tem, assim, dois objetivos esta comunicação: apresentar os temas por mim abordados na *Antropologia Filosófica de Delfim Santos* e dar algum desenvolvimento às suas concepções pedagógicas compulsando-as com a atividade letiva dos tempos atuais.

Pontos essenciais da antropologia filosófica delfiniana

No meu pequeno livro resumi os pontos essenciais da antropologia delfiniana em três partes: a primeira aborda o conceito de Homem, a segunda ocupa-se do Homem e as suas manifestações e realizações, e a terceira versa sobre a noção de existência em Delfim Santos.

Na primeira parte dá-se ênfase à questão da origem do Homem acerca da qual Delfim Santos considera que ao longo da história se têm verificado duas tendências: uma que eleva o Homem à categoria de ser transcendental e outra que o rebaixa à condição de ser natural, situado ao nível dos outros animais. Não é difícil ver nestas tendências a teoria criacionista da origem do Homem, que encontramos na Bíblia, e a teoria evolucionista, defendida por Darwin e subjacente às concepções antropológicas de Freud e Watson. Delfim Santos entende que «*O problema da origem, que dominou boa parte do pensamento de muitas épocas, não é um problema mas uma aporia e, como tal, essencialmente insolúvel*».

Salienta-se ainda a concepção de Homem como síntese e como cúpula das diversas esferas da realidade que encontramos em cada indivíduo e que são: a matéria como ser inerte; a vida como ser orgânico; a consciência, característica essencial do ser humano; e o espírito, entendido por Delfim Santos como a esfera da compreensão que liga os homens entre si.

Na segunda parte, e no que concerne ao Homem e às suas manifestações e realizações, Delfim Santos considera a política, a cultura, a angústia e a religião as principais manifestações da dimensão humana que podem conferir sentido à existência, e salienta o papel da pedagogia na formação do Homem. Como a questão da pedagogia vai ser mais desenvolvida a seguir, deixo para então uma maior reflexão sobre o assunto.

Salientarei apenas a importância atribuída por Delfim Santos à angústia que é um fator de desassossego do Homem, para utilizar uma expressão de Fernando Pessoa, que constantemente o espicaça a procurar mais alto a sua felicidade e realização plenas podendo conduzi-lo à religião, a via que lhe pode abrir a porta da felicidade eterna: *per angusta ad augusta*, segundo a expressão latina referida por Delfim Santos. Encontramos aqui, em síntese, a concretização da célebre afirmação de Heidegger: «*O doce e suave estar-no-mundo é um modo deficiente de existência*».

Acerca da política naturalmente que não encontramos em Delfim Santos nenhuma concepção que legitime o fundamento e a prática dos políticos que atualmente nos governam. Segundo o nosso autor, a política é um meio que permite realizar valores eternos e intemporais, e o seu mais profundo sentido está na *«adequação aos interesses de ordem espiritual e vital que cada geração, ou grupo de gerações, põe no seu programa para realização imediata»*. Neste sentido, considera Delfim Santos, a política deve aproximar-se da religião e não da ciência. Diz ele: *«Não precisamos de matematizar a política. As noções de igualdade e desigualdade são válidas na geometria e na ciência do inerte, mas perigosas na aplicação aos domínios do concreto humano»*.

O olvido desta advertência conduziu a política àquilo que vemos hoje. Os políticos profissionais tornaram-se nuns tecnocratas que matematizam tudo. O próprio ser humano não passa de um número ao serviço da economia e o resultado é a ditadura económica que se abateu sobre nós. Nunca como agora se apregoaram tantos direitos para o ser humano. Mas como posso exercer os meus direitos, se não tiver dinheiro nem sequer para «mandar cantar um cego»?

Finalmente na terceira parte reflete-se acerca do conceito de existência. E este conceito tem em Delfim Santos, segundo o meu entender, um duplo sentido: por um lado podemos entender a existência como categoria ontológica e, por outro, como categoria vivencial. Digamos que se assemelha à distinção entre o domínio ontológico e o domínio gnosiológico da realidade.

Como vimos anteriormente a propósito das esferas da realidade, o Homem é a síntese ôntica dessas esferas (matéria, vida, consciência e espírito) e, por conseguinte, a cúpula das esferas da realidade, mas não a cúpula das esferas do existente. Isto porque Delfim Santos, admitindo a existência de Deus, o Espírito puro, admite também como existentes outros seres cuja forma de existir não pode reduzir-se à materialidade.

A categoria vivencial da existência refere-se à concepção da condição humana que tem a sua génese na teoria evolucionista de Charles Darwin. Ao contrário da narrativa bíblica do Génesis, esta teoria defende que o ser humano não foi criado diretamente por Deus mas tem uma origem bem mais modesta numa determinada espécie de símios. E ao contrário da concepção apolínea do Homem como animal racional, assim definido por Aristóteles, senhor da sua vontade e das suas paixões, Sigmund Freud defende uma concepção dionisíaca do Homem, escravo das suas paixões e cuja força motivadora é essencialmente o seu Id, de que fazem parte as pulsões de vida e de morte, a libido e o inconsciente.

Delfim Santos sintetiza esta nova condição humana, que bem podia ser assinado por Jean-Paul Sartre, o paladino da corrente existencialista no século XX, desta maneira:

Decerto o existencialismo não é uma filosofia de tipo coerente dos sistemas tradicionais, e nunca o poderá ser, porque é no domínio alógico, em funda cifra de mistério, mediante a angústia, o desespero, a preocupação, a morte, a náusea, a liberdade, o fracasso, o absurdo, a esperança, que pretende descobrir o fundamento da autenticidade [SANTOS OC2/1, 170].

Temos aqui os conceitos-chave do existencialismo vivencial. Podemos dizer com Delfim Santos que *«o homem é um centro de determinação imprevisível. É isto a sua liberdade. Pretender submetê-lo a um critério de previsível e necessária determinação é desfigurá-lo e desconhecê-lo»*.

O que é a Pedagogia? Uma técnica? Uma arte? Uma estratégia?

A questão primordial que se coloca é a de saber exatamente o que é a Pedagogia. Esta é de tal maneira importante que é decisiva na avaliação de qualquer atividade humana, sobretudo na atividade docente letiva, a que me diz mais particularmente respeito.

Agora que está na moda a avaliação do desempenho docente no contexto de uma sala de aula, a pedagogia tornou-se verdadeiramente no «cavalo de Troia» que pode decidir o desfecho de uma avaliação. Isto porque é relativamente fácil saber se um conteúdo programático lecionado aos alunos tem ou não validade científica, desde que o avaliador tenha capacidade para distinguir a verdade do erro. Em caso de desacordo entre avaliador e avaliado no domínio científico, o diferendo é suscetível de ser resolvido com objetividade por terceiros, podendo o avaliado ver reconhecido o seu ponto de vista. Já no domínio pedagógico é sempre possível a qualquer avaliador arranjar pretextos para fazer descontos na classificação do avaliado. Ou seja, as questões científicas resolvem-se em termos de validade, certa ou errada, enquanto as questões pedagógicas se colocam em termos de qualidade, boa ou má.

Provavelmente porque um docente pode ser cientificamente muito válido e pedagogicamente ser um desastre, é que o Ministério da Educação permitia, no modelo de avaliação anterior, que professores menos graduados academicamente pudessem avaliar colegas mais graduados, havendo situações em que simples licenciados podiam avaliar docentes com mestrados e doutoramentos – o que, convenhamos, era, do ponto de vista da hierarquia académica, uma aberração.

E a verdade é que, se no domínio científico, dentro da mesma área de docência, o doutorado pode sobrepor-se a um licenciado que o avalie, este, por sua vez, pode também, no domínio pedagógico, facilmente arranjar pretextos para fazer reparos e impor a sua vontade conforme entender. Isto precisamente porque, como disse, as

questões científicas são bem mais fáceis de dirimir do que as questões pedagógicas. Enquanto sobre aquelas pode surgir facilmente a luz de verdade ou do erro, estas podem permanecer sempre numa nebulosa que se presta às interpretações mais díspares.

Porque estas questões se levantam, é que se torna imprescindível saber, exatamente ou na medida do possível, em que consiste a pedagogia. E se repararmos bem, trata-se de um conceito que tem vindo a evoluir ao longo dos tempos. Toda a gente sabe que antigamente quem orientava os estágios e preparava os professores para a docência eram os chamados *metodólogos*, ou seja, eram professores com grande experiência pedagógica que ensinavam os outros a lecionar determinados conteúdos.

A pedagogia era, assim, vista como uma técnica, ou conjunto de técnicas, objetivamente observáveis, transmissíveis aos outros e suscetíveis de correção e/ou aperfeiçoamento. Tivemos metodólogos famosos no domínio da física como Rómulo de Carvalho e, no domínio da matemática, embora menos conhecido, Marcelino Paiva, meu colega no antigo D. João III e atual José Falcão em Coimbra. A sala que lhe foi dedicada nesta Escola foi identificada com uma placa onde consta a referência à sua qualidade de metodólogo no domínio da matemática. O próprio Delfim Santos pode também ser considerado um verdadeiro metodólogo no domínio das ciências humanas. E a tal ponto que defendeu a criação de uma Faculdade de Pedagogia. Adiante voltaremos ao assunto.

Se a orientação de estágio naquela altura estava confiada aos metodólogos encartados, digamos assim, de há uns tempos para cá qualquer professor pode ser orientador de estágio desde que se disponibilize para isso. Não admira, assim, que a pedagogia esteja sujeita a tanta controvérsia no presente.

E esta controvérsia tanto pode conduzir à ideia e à prática de que, no trato com os alunos, o que importa é o bom relacionamento pessoal, ou seja, boas relações pedagógicas em detrimento das exigências científicas, como ao oposto, que é defender e exercer uma prática docente meramente científica sem quaisquer preocupações pedagógicas. Naquele caso temos, por exemplo, um professor que leva uma viola para as aulas ou que, em vez de as lecionar numa sala, vai com os alunos para um Café, sendo assim um professor «porreiro» na gíria estudantil. Estas práticas pedagógicas fazem da escola uma espécie de creche para entreter criancinhas as quais, em termos de conteúdos informativos, pouco ou nada aprendem. No extremo oposto temos os professores demasiado exigentes que não permitem qualquer perturbação nas aulas, sendo designados de «secas» pelos alunos. A escola, que devia ser um local de aprendizagens, neste caso é vista pelos estudantes como uma espécie de prisão da qual se querem ver livres quanto antes. Direi, por conseguinte, que uma pedagogia sem transmissão de conhecimentos é mero

entretenimento, e uma transmissão de conhecimentos sem pedagogia é uma tarefa inglória.

Ora, como em quase tudo na vida, há um «meio termo» que permite conciliar ou esbater os extremos. Daí que a Pedagogia também possa ser considerada uma verdadeira arte. A arte de transmitir conhecimentos cativando a atenção dos alunos, sem os massacrar com conceitos e teorias que não entendem. Pôr esta arte em ação, nos tempos que correm, é extremamente difícil, por não dizer impossível, perante alguns alunos que frequentam as nossas escolas.

Apesar dos esforços para tornar pedagogicamente atrativos todos os materiais escolares, desde os manuais aos próprios espaços físicos onde a atividade letiva decorre, é cada vez mais difícil motivar os alunos para as aprendizagens que a Escola pretende ministrar. Inúmeros fatores contribuem para isso. Desde os telemóveis, aos computadores, aos jogos de vídeo, às aulas de 90 minutos, ao número excessivo de alunos por turma, etc., vários são os fatores que contribuem para a distração destes, sendo cada vez mais os que não revelam grande apetência para aprender aquilo que os professores lecionam.

E o ideal seria que alguém estudasse apenas e só quando sentisse necessidade de adquirir os conhecimentos imprescindíveis para o exercício mais exigente, em termos de qualidade, da atividade que pretende exercer. Talvez por isso, Jean-Jacques Rousseau, considerado um dos ícones da pedagogia, defendia que os jovens só deviam ir à Escola quando tivessem 14 anos. Mas todos nós sabemos que isso é impossível nos tempos que correm. Todos passámos pela experiência de ter de estudar coisas pelas quais não tínhamos a menor apetência e para as quais não vemos qualquer utilidade na profissão que exercemos.

Quanto à idade da entrada dos jovens na escola, é mais do que óbvio que ninguém atende à recomendação de Rousseau, embora, em meu entender, militem em seu favor muitas e boas razões. Mas o que na realidade se passa é que a nossa sociedade empurra as crianças cada vez mais cedo para os bancos da escola. E isto não porque se coloquem acima de tudo os interesses das crianças, mas porque os pais se querem ver livres delas por razões profissionais ou outras. Sucede, deste modo, que a entrada cada vez mais precoce das crianças na escola é um fator importante de insucesso, quando elas se saturam da vida escolar a que não podem escapar de maneira nenhuma. Para estas crianças e jovens não havia pior medida do que tornar o ensino obrigatório até ao 12.º Ano.

Aos profissionais do ensino é assim exigida uma atividade verdadeiramente ciclópica pois têm de lutar contra as mais variadas adversidades. Daí que se torne frequente o uso de uma «pedagogia» cada vez mais distanciada dos conceitos anteriores. Neste caso ela torna-se pura e simplesmente numa estratégia, ou conjunto de estratégias, que permitam pelo menos um mínimo de convivência pacífica na Escola.

E podemos distinguir dois tipos de estratégias: uma, de cariz agradável, que passa por aquilo que Skinner designava de «reforço positivo» e que consiste em oferecer aos alunos algo que vá para além das meras classificações. Como exemplo desta estratégia, estou a pensar nos rebuçados e chocolates que uma professora de matemática, minha conhecida, de vez em quando levava aos alunos para os cativar melhor.

A outra estratégia parte do pressuposto de que a atividade letiva é uma tarefa que resulta naturalmente do estatuto e do papel de alunos e professores. As classificações já são, de *per si*, o resultado natural dessa atividade, não sendo necessário qualquer outro reforço. E parte também do pressuposto de que tal atividade deve decorrer com normalidade e, nos casos em que essa normalidade não se verifique por parte de alguns alunos, há a possibilidade de recorrer a mecanismos desagradáveis que consistem naquilo que o mesmo Skinner designava por «reforço negativo». Para além das más classificações, tais alunos ficam sujeitos a penalizações e castigos cujo objetivo é sempre a sua «recuperação». Infelizmente, e uma vez que os professores nem sempre ganham para rebuçados e chocolates para os próprios filhos, o recurso a esta estratégia é cada vez mais frequente sobretudo na chamada escola pública.

Esta tornou-se também num local de risco em que a falta de respeito e a violência já fazem, frequentemente, parte do quotidiano. A pedagogia evoluiu para uma espécie de «diplomacia» que permita gerir conflitos sem grandes danos de parte a parte, ou seja, de alunos e professores. Os diversos «estatutos» do aluno que vão surgindo já têm em conta esta realidade e nalgumas escolas foram criados GMDs (Gabinetes de Mediação Disciplinar) para gerir problemas de indisciplina nas salas de aulas.

A agravar a situação, os alunos apercebem-se de que os «conhecimentos» hoje em dia são extremamente desvalorizados. Longe estamos dos tempos em que, como dizia Francis Bacon na Revolução Epistemológica dos séculos XVI e XVII, «Saber é poder» o que, em português, se traduz pelo aforismo «Em terra de cegos quem tem olho é rei». Naquela altura, e mesmo nos tempos do Estado Novo, ter estudos era sinónimo de um bom emprego. Hoje em dia constatamos que uma grande percentagem dos desempregados são precisamente os jovens licenciados. Quando muito, alguns conseguem um emprego para o qual não precisavam sequer de estudar, com o tempo e as despesas que isso implica.

Tenho visto muitas antigas alunas e alunos meus, já com cursos superiores, a trabalhar em grandes superfícies comerciais sujeitos a um trabalho precário incompatível com a dignidade que merecem. Ainda não há muito tempo deparei-me com uma antiga aluna, licenciada em Direito, a trabalhar como repositora no Continente de Coimbra. Em contrapartida, alguns antigos alunos meus e que se tornaram conhecidos jogadores de futebol, como o Dimas e o Pedro Roma, não podem

queixar-se da sorte. É óbvio que na vida de um professor não é só o dinheiro que conta. Sirva-nos ao menos isso de algum consolo...

Perante este panorama cabe perguntar: como podemos considerar, hoje em dia, a pedagogia? Será uma técnica? Será uma arte? Será uma estratégia? A estas questões podemos acrescentar outras mais relacionadas com o nosso autor: que pedagogia defenderia Delfim Santos para incentivar os nossos jovens a estudarem com empenho e dedicação? A pedagogia preconizada por Delfim Santos surtiria algum efeito na atualidade? É isso o que vamos ver, a concluir esta reflexão.

A pedagogia delfiniana

Antes de me pronunciar sobre a pedagogia preconizada por Delfim Santos, permitam-me referir a forma como Álvaro Ribeiro, numa carta dirigida à viúva do nosso autor, explica como este chegou a esta temática: «A Junta de Educação Nacional colocou-o como estudioso do positivismo lógico na Escola de Viena ou no Círculo de Praga e a Universidade de Lisboa deslocou-o para a docência das chamadas ciências pedagógicas».

E Álvaro Ribeiro faz este notável comentário:

Não foi essa, aliás, a primeira vez que em Portugal se praticou injustiça para um verdadeiro filósofo, negando-lhe os meios próprios de liberdade de pensamento, expressão e imprensa. É de notar que o Estado, em seus serviços burocráticos, e a Nação, em seus concursos literários, jamais concede prémios honoríficos ou pecuniários às obras de filosofia... [RIBEIRO 2011, 44].

E isto porque Delfim Santos concorrera em 1946 ao prémio literário de ensaio promovido pelo SNI – Prémio Ramalho Ortigão – com o texto «Meditação sobre a Cultura», publicado nesse ano em Lisboa, na Revista *Rumo*, prémio esse que lhe foi recusado.

Creio que o essencial da conceção delfiniana da Pedagogia foi em boa hora selecionado e sintetizado no pequeno texto que ilustra a contracapa do meu livrinho:

Parecem-me de particular interesse as reflexões de D. Santos acerca de Keyserling, o fundador da Escola de Sabedoria em Darmstadt, «instituição distinta e oposta à Universidade». Nestas reflexões surgem expostas algumas ideias que vão ser mais amplamente desenvolvidas nalguns artigos e trabalhos posteriores. A ideia que aqui sobressai aponta no sentido de uma pedagogia que tenha em conta e se adapte ao «*homem concreto, total, de corpo vivo e alma viva*». Justamente por

isso Delfim Santos opõe-se ao ensino tradicional, inclusive ao ensino universitário e considera, e a meu ver com razão, que «*uma formação equivale, quase sempre, a uma deformação temporária da personalidade*». [MONTEIRO 2011, 34]

Se compulsarmos esta noção de pedagogia que tenha em conta e se adapte ao «*homem concreto, total, de corpo vivo e alma viva*», também designada por «pedagogia existencial», com aquilo que vemos na realidade das nossas universidades e particularmente das nossas escolas, não podemos deixar de constatar a existência de um enorme fosso a separá-las. Estou a referir-me, naturalmente, às escolas e universidades públicas pelas quais passei. Não posso fazer, por desconhecimento, qualquer juízo acerca das privadas.

Tenhamos em consideração aquilo que se passa concretamente nas nossas escolas. A minha experiência pessoal (passe a redundância...) permite-me constatar que é a própria instituição escolar que obriga os professores a não terem a veleidade de pôr em prática esta pedagogia existencial preconizada por Delfim Santos. Nem os próprios alunos e encarregados de educação provavelmente a aceitariam. E em nome de quê? Em nome da obsessão de entrar na Universidade a qualquer custo. Um professor que não prepare devidamente os seus alunos para entrar na Universidade – o que muitas vezes passa apenas por «dar-lhes» altas classificações com esse objetivo – arrisca-se a arranjar uma carga de trabalhos de que dificilmente se livra.

Infelizmente nem sempre a escola pública se preocupa com o «*homem concreto, total, de corpo vivo e alma viva*» que cada aluno é. O que interessa é que os professores preparem os alunos para os exames que lhes permitam o ingresso na universidade. Não admirará, por isso, que, ao contrário do que Delfim Santos preconiza, uma formação equivale frequentemente a uma deturpação permanente da personalidade. E algumas personalidades ficam tão deturpadas que dificilmente convivem com o chamado «homem comum».

Ora Delfim Santos, inspirando-se em Keyserling, afirma, sem rodeios, que

O saber, como saber, não tem interesse; é alguma coisa distinta do homem que deforma o homem. Compreender é incorporar em nós tudo aquilo que, embora tivesse sido pensado e dito por outros, podia ter sido pensado e dito por nós, fazendo parte da nossa natureza essencial. [SANTOS OC1/1, 19]

E se Platão, tendo em conta a sua teoria da reminiscência, dizia que «*aprender é recordar*», Delfim Santos defende que ensinar é ajudar a compreender e não uma simples transmissão de conhecimentos. Nesta perspetiva afirma que a própria

filosofia *«considerada na sua história, é o registo do esforço realizado pelo Homem para se compreender a si próprio ...»*. A mesma ideia de que *«a filosofia é uma especulação livre e que a história do pensamento só nos serve para melhor nos procurarmos e, porventura, nos conhecermos»* é expressa também num texto intitulado «Criptotexto de Colóquio Inútil» recuperado por Filipe D. Santos [SANTOS 2011, 39-43].

O que é interessante neste texto é a narrativa feita por Delfim Santos de uma das tertúlias realizadas no apartamento de Adolfo Casais Monteiro e em que participavam também, para além dos dois, Álvaro Ribeiro, Sant'Anna Dionísio, José Marinho e Eudoro de Sousa. Tal narrativa faz lembrar as narrativas de Platão nos seus famosos diálogos, a forma literária por ele escolhida para apresentar a sua doutrina. Para um melhor conhecimento da maneira como funcionavam essas tertúlias veja-se o texto de Jesué Pinharanda Gomes, «A Tertúlia de Álvaro Ribeiro e de José Marinho» [GOMES 2011, 117-125].

Ora, diz Delfim Santos, o que torna o Homem verdadeiramente Homem *«é sem dúvida a educação»*. E o problema da educação é, por conseguinte, *«o problema fundamental da existência humana»* e *«se educar tem o sentido de conduzir, o ato de condução pressupõe o para onde ou para quê se faz a condução»*. E, no entender do autor, as formas *«típicas e mais elevadas» descobertas pelo homem para a educação da humanidade são a religião, a arte, a filosofia e a ciência»*.

Deste modo, para além da sua função de preparar os homens para a sua atividade profissional, *«a educação pretende adaptar o espírito subjetivo ou individual, mais ou menos rudimentarmente manifesto, ao espírito objetivo, histórico, do meio, povo ou raça em que o indivíduo surgiu»*. Com este objetivo específico *«A escola é o ponto de encontro do individual e do social, é a oficina onde o indivíduo se integra na sociedade e compreende e assimila os valores sociais»*.

Vou terminar a minha comunicação reconhecendo que é muito difícil em tão pouco tempo explanar devidamente o manancial das ideias de Delfim Santos sobre os temas aqui abordados e particularmente sobre a pedagogia, por ele caracterizada como...

[...] processo existencial e não como processo lógico independente do tempo. A fundamentação existencial da pedagogia radica, pois, na compreensão temporal da existência humana. O homem não aprende apenas para viver, mas para existir, e existir não é apenas viver (Ao homem, acrescento eu, não interessa apenas viver, mas viver bem – considerava igualmente Ortega y Gasset). A noção de existência é o ponto de partida da pedagogia. Existir é estar-no-mundo. É este o facto primário, original e estrutural da existência (...). Estar-no-mundo é estar em contacto com o mundo inorgânico, com os outros seres vivos

e também consigo mesmo (...). A pedagogia tem, portanto, três modos irredutíveis, quer no seu significado, quer no seu sentido. [SANTOS OC3/1, 53-54]

Da análise deste texto e dos diversos escritos de Delfim Santos sobre a Pedagogia, se conclui que o nosso autor defende nitidamente a chamada pedagogia da existência que Bogdan Suchodolski contrapõe à pedagogia da essência, de concepção antropológica bastante distinta.

Concluirei, pois, com Delfim Santos, que

Aquilo que valoriza o homem não é a sua ciência, mas a sua ação. É esta que deve interessar a pedagogia; talvez assim se consiga desvalorizar os interesses que dominam os velhos e criar um ambiente de simpatia, de compreensão e solidariedade propícia à formação de uma nova base de vida social [SANTOS OC2/1, 401]

Bastante falta nos faz este ambiente para não nos deixarmos contaminar demasiado pela crise de que tanto se fala.

Referências

GOMES, Jesué Pinharanda (2011) A Tertúlia de Álvaro Ribeiro e de José Marinho, *Nova Águia* 8, Sintra, 117-125.

MONTEIRO, António Amaro (2011) *A antropologia filosófica de Delfim Santos*, Lisboa: Arquivo Delfim Santos.

RIBEIRO, Álvaro (2011) Carta inédita de A. R. à viúva de Delfim Santos, *Nova Águia* 8, Sintra, 43-44.

SANTOS, Delfim 1971. OC1/1, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SANTOS, Delfim 1973. OC2/1, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SANTOS, Delfim 1977. OC3/1, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SANTOS, Delfim (1998) OC4/1, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SANTOS, Filipe Delfim (2011) Criptotexto de Colóquio Inútil, *Nova Águia* 8, 39-43.

